

ESTRESSE E SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR ENQUANTO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

STRESS AND MENTAL HEALTH OF THE MILITARY POLICE AS A PUBLIC SAFETY AGENT

FREITAS, Ritieres Gonçalves de¹
BRANQUINHO, Lenine Monteiro²

RESUMO:

A pesquisa sobre o estresse e saúde mental de policiais militares enquanto agentes de segurança pública, é muito importante, pois apresenta as situações laborais e saúde de policiais militares e o quanto é insípida, ínfima perante o papel desses trabalhadores na sociedade ao se expor a condições de riscos no exercício da profissão e a imensa falta de conhecimento das sequelas para sua saúde. O objetivo foi o de analisar como se dá o processo de transtorno psicológico e outras tantas patologias que acomete o policial no decorrer de sua vida laboral. A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico exploratório, realizado através de pesquisas a websites, periódicos, dissertações e teses, com um recorte temporal de 2007-2017, que retratam o assunto. Foi possível concluir que o trabalho de um policial não é fácil, são muitas as situações em que provocam adoecimento físico, mental e psíquico levando-o a licenças médicas ou mesmo à morte. Ao decidir por essa profissão o sujeito tem que ter em mente uma alta responsabilidade, renúncias e pouco reconhecimento, sendo este último fator de grande desânimo e gerador de doenças.

Palavras-chave: Adoecimento. Estresse. Polícia Militar. Saúde mental. Segurança Pública.

ABSTRACT:

Research into the stress and mental health of military police officers as public security agents is very important, as it presents the working situations and health of military police officers and how insipid and insignificant the role of these workers in society is when exposed to conditions of risks in the exercise of the profession and the immense lack of knowledge of the sequelae for their health. The objective was to analyze how the process of psychological disorder and many other pathologies that affects the police in the course of their working life occur. The methodology used was the exploratory bibliographic study, carried out through surveys of websites, periodicals, dissertations and theses, with a temporal cut from 2007-2017, which portray the subject. It was possible to conclude that the work of a police officer is not easy, there are many situations in which they cause physical, mental and psychological illness leading to medical licenses or even death. When deciding on this profession the subject has to bear in mind a high responsibility, resignations and little recognition, being the last factor of great discouragement and generator of illnesses.

Key words: Illness. Stress. Military police. Mental health. Public security.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças e Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública da Polícia Militar do Estado de Goiás – CFP, ritieres.goncalves@hotmail.com; Catalão – GO, Maio de 2018.

² Professor orientador do curso de Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública, leninebranquinho@hotmail.com, Catalão - GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade os homens passam por momentos de violência. Os livros de História são testemunhas do quanto houve períodos sangrentos em busca de reinos, terras e espaços em alguma sociedade. Hoje não está muito diferente, devido as mudanças sociais, econômicas e políticas no Brasil, as comunidades vêm sofrendo com aumento de violência principalmente urbana, na qual encontra-se dentro dos seios das famílias, guerra entre “senhores do tráfico”, cuja necessidade é de se firmar como chefe, levando os subordinados a cometerem delitos, furtos, roubos e até mesmo assassinatos.

Diante disso tudo, buscando prender os delinquentes está o policial militar que com seus poucos recursos materiais, fornece a segurança pública através da manutenção da lei e da ordem para que a sociedade cumpra as regras de convivência social, já que é o único instrumento do Estado cuja finalidade é colocar os bandidos encarcerados, apesar de que estes estão muito bem armados em relação aos policiais e vão tomando rumos de selvageria nunca esperado.

Nesse sentido, como sequela desses acontecimentos, o policial vai sofrendo pressão da sociedade à espera de sua performance positiva, as famílias clamam por justiça. Tudo isso o deixa a cada dia mais estressado até chegar ao ponto de passar por um transtorno mental, fato que vem aumentando rotineiramente o número de policiais com depressão, síndrome de pânico, com psicoses, em tal estado que precisa ser afastado de seu trabalho, prejudicando não só a população como um todo, mas também no bom andamento da segurança pública e onerando o Estado.

A pesquisa sobre o estresse e saúde mental de policiais militares enquanto agentes de segurança pública, é muito importante, pois apresenta as situações laborais e saúde de policias militares e o quanto é insípida, ínfima perante o papel desses trabalhadores na sociedade ao se expor a condições de riscos no exercício da profissão e a imensa falta de conhecimento das sequelas para sua saúde.

Outro ponto muito importante da escolha desse tema para a sociedade, sobretudo para a polícia militar, está relacionado com o que vem sendo apresentado nas mídias televisivas, radiofônicas, sociais. Não é raro assistir em noticiários que policial em dia de folga foi executado enquanto ia levar filho à escola, buscar pão, abastecer carros ou mesmo está em sua casa descansando quando é atacado. Fato esse que vem se tornando uma rotina, deixando colegas temerosos por suas vidas e também de sua família, mexendo com o emocional e psicológico de cada um.

Nesse contexto, tem-se como questionamento: como se dá o processo de transtorno psicológico e outras tantas patologias que acomete o policial no decorrer de sua vida laboral? Para obter essa resposta, tem-se como objetivo geral, analisar como se dá o processo de transtorno psicológico e outras tantas patologias que acomete o policial no decorrer de sua vida laboral. Tem-se como objetivos específicos: abordar o campo de trabalho da polícia militar; identificar os fatores que determinam e levam o policial a esse adoecimento; compreender o que a Organização da Polícia Militar poderá fazer para dar uma melhor qualidade de vida a seu servidor.

A metodologia utilizada será o estudo bibliográfico exploratório, no qual é realizado através de pesquisas a livros, websites, periódicos, dissertações e teses, os quais darão suporte a escrita e o entendimento sobre o tema escolhido, com um recorte temporal de 2007-2017, considerando as pesquisas realizadas nesse período e retratam o assunto. A busca será realizada através dos seguintes descritores: saúde mental, polícia militar, adoecimento de policiais, psicose em policiais militares, estresse e saúde mental apresentado por policiais militares.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍCIA MILITAR

A polícia militar é uma ferramenta de legitimação que a autoridade central possui com competência do poder público de manter a ordem e a segurança junto à população. Por conseguinte, existe uma ligação entre a soberania do Estado e a polícia, a qual passa a funcionar como um instrumento para infligir à população o ideal estatal sobre o ideal individual e de grupos isolados.

A polícia reflete o Estado da qual faz parte, no que diz respeito à atuação estatal e às bases culturais e sociológicas que abrangem a sociedade desse mesmo Estado. Isto representa dizer que, não é simplesmente uma estrutura legal imbuída de modernidade e humanismo, o fator que garantirá instituições policiais distintas, desprovidas de crueldade, de preconceitos e de agressão. O processo é mais intenso e enceta uma mudança tanto de atitudes, quanto de mentalidade, nos vários segmentos sociais e nos centros de poder.

Portanto, torna-se claro que a forma como a polícia atua elucubra o caráter do regime político vigente e das relações firmadas na democracia. De acordo com Guimarães (2000 apud MENDES, 2007, p.69) “[...] é importante registrar que as Polícias são resultantes

do contexto social em que atuam, pois são integradas por cidadãos oriundos da própria sociedade”.

O norte fundamental no construto de como se dá a cultura na organização da Polícia Militar incide na demanda da defesa do Estado, que, por conseguinte, é incompreendido exclusivamente quanto

[...] ser abstrato derivado de um ordenamento jurídico, que o materializa em povo, território, língua, poderes e instituições, mas, enquanto sistema de relações e interesses (o entendimento como estrutura de poder) a serem mantidos e perpetuados, ainda que através da força (MENDES, 2007, p. 69).

Há que se deixar claro que a polícia militar não surgiu na Ditadura Militar em 1964. Sua gênese no Brasil, data da vinda da família real em 1808, primeiro como uma versão melhorada da Guarda Real de Polícia de Lisboa, cujo escopo a sustenta até os dias atuais: cuidar da ordem e segurança pública. De acordo com Jesus (2009, p. 97), “Nesta data foi criada a Intendência Geral de Polícia e do Estado do Brasil, cuja missão eram as questões policiais”.

Para tanto, desempenha dois papéis fundamentais: manter a ordem pública e repreender aqueles que infringem normas e leis possibilitando ao cidadão o respeito aos Direitos Humanos, individuais e coletivos que lhes são assegurados na Carta Magna Brasileira.

Silva e Leite (2007 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2010) salientam que, para manter a ordem e o respeito as regras de condutas, por várias vezes os policiais são considerados como violentos, imprevisíveis, servindo até mesmo de uma forma de provocar medo, sobretudo em crianças, gerando desconfiças e atitudes discriminatórias. No entanto, não são todos que agem de forma truculenta. Em algumas situações se faz necessário a aplicação de força, mas em sua maioria os policiais militares apresentam comportamentos alicerçados na ética e são responsáveis por seus atos e sua preocupação é servir a sociedade.

Conforme instituído na Carta Magna Brasileira de 1988, sobre a segurança pública:

art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Em Goiás, a Polícia Militar passa a atuar de forma efetiva em julho de 1858, quando Dr. Januário da Gama Cerqueira então Presidente da Província de Goyaz aprovou a Resolução nº 13 que instituía a Força Policial de Goiás cujas ações estavam restritas à Capital Vila Boa (MASCARENHAS, 2009).

Com contingente policial insuficiente para atendimento da necessidade da população, recrutou-se, então, civis, homens para auxiliarem no controle da ordem pública, “[...] eram os chamados bate-paus, que não tinham instrução, disciplina, garantias, fardamentos, armas privativas nem salário fixo, apenas uma pequena ajuda de custo” (PEREIRA, 2011, p. 2), com o escopo de ajudar à capital da Província Goyaz, atuando em caráter restrito capital da província (Vila Boa), Arraia e Palma, tendo como efetivo 49 homens.

No início do século XX, com o crescimento da produção econômica do Estado de Goiás, houve desenvolvimento populacional e a antiga Força Policial de Goyaz sofreu uma reestruturação passando a ser chamada de Polícia Militar do Estado de Goiás e é assim denominada até hoje.

2.2 ADOECIMENTO FÍSICO E MENTAL DO POLICIAL MILITAR

Diante da célere evolução da violência no país, necessita-se de uma segurança pública eficiente, capacitada e saudável para lidar com os diferentes fatos em que a polícia militar se faz presente, uma vez que é essa responsável por estabelecer a ordem e fazer cumprir as normas de conduta e comportamento estabelecidas em cada área da sociedade brasileira.

Considerando que o policial é imprescindível para o serviço público e primordial para a população, é muito preocupante, uma vez que a população fica desguarnecida de segurança quando o policial passa por um longo período de tratamento.

Pesquisas, como serão apresentadas em outro momento nesse trabalho, mostram que as circunstâncias de trabalho dos policiais militares no Brasil não são favoráveis, posto que participam de escalas de trabalho exageradas e sem intervalos, há poucos policiais em relação ao número populacional e de violência, alto índice de sofrimento mental, constantemente são colocados em situação de risco de vida e saúde, estresse, insegurança, armamento muito aquém do apresentado pelos infratores da lei, remuneração insuficiente para ter uma vida saudável e não há capacitação constante (FERREIRA; BOMFIM; AUGUSTO, 2012).

Assim sendo, no cumprimento de seu dever muitas vezes o policial militar encontra fatos ou fatores que abalam sua estrutura psíquica e saúde mental. Essa desestruturação psicológica dos policiais militares está relacionada intrinsecamente ao alto estresse devido à rotina que estão sujeitos, à pressão pública, aos baixos salários e à falta de estrutura familiar advinda da elevada carga de trabalho, precarização do trabalho, riscos inseparáveis de sua profissão e pelo descontentamento profissional.

Corroborando com essa informação Spode e Merlo (2006 apud FERREIRA, 2009, p. 19) explicam que, “[...] a excessiva carga de trabalho combinada às precárias condições laborais são fatores significativos de pressão e desgaste físico e mental entre policiais”.

Os policiais militares são influenciados por diferentes variáveis negativas que provocam uma grande carga de estresse tendo como sequelas o cansaço físico, o desequilíbrio emocional, da desestrutura familiar, fazendo com que esses profissionais passem a apresentar uma conduta muito diferente do que geralmente é, isto é, demonstram uma irracionalidade fora do comum diante das crises e circunstâncias confusas. Não sem razão, pois essa profissão determina uma doação total, inclusive a própria vida, em favor de outrem (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

É preciso atentar para o fato de que,

[...] a atividade militar não se resume apenas ao serviço diário, a função também implica em constante estado de alerta, mesmo quando o profissional encontra-se no seu momento de descanso. Sendo assim, a profissão do policial requer que o mesmo atue constantemente no confronto contra a conduta indevida ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos (PAULINO; LOURINHO, 2014, p. 60).

O estresse provoca taquicardias, tensão muscular, mãos frias, suor excessivo, ansiedade, impressão de nó no estômago, diarreias, dores de cabeça, insônia, irritabilidade, falhas de memória, grande cansaço, dores físicas, inquietação e constante alerta, devido a um estímulo que gera uma reação emocional no qual o corpo busca proteger o organismo dos efeitos causados que levem ao medo, confusão ou excitação. Para qualquer trabalhador essa situação é maléfica, para o policial tais efeitos podem prejudicá-lo em momentos de grande tensão, risco, perigo e tomada de decisão, às vezes o levando à morte (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Sem falar, segundo Mendes (2013), nos riscos intrínsecos a esta atividade ocupacional, a rigorosa cultura militar, internalizado os valores das corporações militares brasileiras, e continuam em sua finalidade de proteger a sociedade não se levando em consideração a saúde psicossocial. O desgaste emocional que gera o estresse, também por ser o agente determinante de transtornos relacionados a este, a saber: depressão, ansiedade patológica; síndromes: pânico, Burnout; fobias, doenças psicossomáticas, alcoolismo, dentre outras psicopatologias (MENDES, 2013).

Em se tratando da organização do trabalho da Polícia Militar, Protásio (2011, p. 35) afirma que “[...] as relações de trabalho referem-se à hierarquia militar como um fator que prejudica as relações de trabalho, pois vai desde a adaptação do conteúdo das tarefas às competências reais do trabalhador”. Todavia, o que se tem observado, não é somente a

organização do trabalho que determina o processo de adoecimento do policial militar, no entanto, existem outros fatores tais como, o investimento ineficaz ou a falta deste pode acrescer a celeridade do processo de saúde/doença desses trabalhadores.

Para aliviar os sintomas do estresse o policial militar busca conforto na bebida alcoólica que nas primeiras vezes entorpecem o cérebro, depois é necessário aumentar a dose dia a dia e já não traz auxílio. Alguns vão à procura de ajuda em médicos, psiquiatras que receitam remédios psicoativos, ansiolíticos, antidepressivos; outros partem para uso de outras drogas prejudiciais à sua saúde. Nos três casos apontados de busca de auxílio, todos são maléficos, deixando sequelas que às vezes, não controla o problema e ainda causam outros.

Nesse contexto,

O consumo dessas substâncias não se restringe a causas orgânicas, mas revela fatores biopsicossociais. A sensação de relaxamento que advém dessa utilização acaba por fazer parte do elenco de estratégias que visam a minimizar o estresse e a emoção negativa dele decorrente (CAVEDON, 2014, p. 877).

De acordo com Souza e Minayo (2005 apud PAULINO; LOURINHO, 2014), no decorrer de seu trabalho a polícia militar pode se tornar vítimas de acidentes, violência, emboscadas que podem levá-los à morte prematura. Esses fatores também geram sofrimento psíquico, emocional, físico o que diminuiu seu ritmo de sono, de apetite e até mesmo sua eficiência.

Outro fator que gera estresse e o adoecimento mental é a primeira ocorrência na vida do policial em que há um acontecimento no qual este dê seu primeiro tiro em um indivíduo. Esse fato, pode desencadear uma depressão, síndrome do pânico, psicoses e até mesmo ocorrências de tremor, suor e ansiedade.

3 METODOLOGIA

Partindo de um estudo bibliográfico exploratório, cuja finalidade é “[...] explorar ou examinar um problema ou situação para proporcionar conhecimento e compreensão” (MALHOTRA *et al* 2005, p. 56), busca-se estabelecer um questionamento ou determinar uma problemática com maior precisão; identificar nortes alternativos de ação; ampliar hipóteses; isolar variáveis e relacionamentos-chave para uma análise adicional; ter um melhor ponto de vista com a finalidade de estabelecer uma abordagem do problema e primazias para pesquisa adicional.

Conforme explica Ganga (2012, p. 212) a pesquisa bibliográfica procura elucidar uma problemática a partir de referências teóricas publicadas em documentos, podendo ser

realizada “[...] independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental ou como parte dela”.

A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico exploratório, no qual é realizado através de pesquisas a livros, websites, periódicos, dissertações e teses, os quais darão suporte a escrita e o entendimento sobre o tema escolhido, com um recorte temporal de 2007-2017, considerando as pesquisas realizadas nesse período e retratam o assunto.

A busca foi realizada através dos seguintes descritores: saúde mental, polícia militar, adoecimento de policiais, psicose em policiais militares, estresse e saúde mental apresentado por policiais militares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados foi realizada com os seguintes descritores: saúde mental, polícia militar, adoecimento de policiais, psicose em policiais militares, estresse e saúde mental apresentado por policiais militares.

Quanto aos artigos buscados pelos descritores “saúde mental” foram encontrados 12.236 dissertações e teses; utilizando as palavras “polícia militar” encontramos 5.628 documentos, “adoecimento de policiais”, 1.102 resultados, com a frase “psicose em policiais militares”, 160 resultados e para “estresse e saúde mental apresentado por policiais militares” 622 resultados, destes serão utilizados doze resultados, com um recorte temporal de 2007-2017, considerando as pesquisas realizadas nesse período e que retratam o assunto.

Para facilitar a compreensão dos artigos analisados, organizamos e numeramos todos eles como representado no Quadro 1 abaixo. A organização dos artigos foi realizada por ano de publicação.

Nº	Título	Autores	Ano
1	Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública	Maria Cecília de Souza Minayo; Edinilsa Ramos de Souza; Patrícia Constantino	2007
2	O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental	Maurivan Batista da Silva; Sarita Brazão Vieira	2008
3	Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua	Katya Luciane de Oliveira; Luana Minharo dos Santos	2010
4	Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública	Thiele da Costa Müller Castro; Álvaro Roberto Crespo Merlo	2011
5	Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil	Daniela Karina da Silva Ferreira; Cristine Bonfim; Lia Giraldo da Silva Augusto	2012
6	A saúde psicossocial na segurança pública brasileira	Evaristo de Oliveira Mendes	2013
7	Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça (SC)	Paula Emanuela Fernandes Cândido	2013
8	Atividade física, saúde e estresse de policiais militares	Antonio Melo Schlichting Junior	2013
9	Adoecimento psicológico do policial militar do Ceará	Fábio Rodrigues Paulino; Lídia Andrade Lourinho	2014
10	Qualidade de vida, condições de trabalho e estresse ocupacional de policiais civis e militares de operações especiais de Santa Catarina	Thiago Elpídio Cardoso	2015
11	Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF	Leonardo Borges Ferreira	2016
12	Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG	Mariane Oliveira Ferreira; Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra	2017

Quadro 1 – Artigos analisados no recorte temporal de 2007-2017

Fonte: O autor (2018).

Minayo, Souza e Constantino (2007) realizaram uma pesquisa investigando características socioeconômicas, qualidade de vida, condições de trabalho e saúde de policiais militares e civis do Estado do Rio de Janeiro, triangulando métodos quantitativos através de aplicação de um questionário anônimo, cuja amostra aleatória abrangeu 46 unidades policiais e 2.678 policiais e métodos qualitativos com 18 grupos focais com 143 policiais, 24 entrevistas individuais e semiestruturadas e observações em campo.

O intuito de seu trabalho era esclarecer sobre a vitimização e os riscos percebidos pelos policiais dentro e fora da Polícia. Os dados foram colhidos e analisados conforme as variáveis relativas a risco.

Através de seus resultados observou-se que

[...] policiais são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades, sobretudo os militares e aqueles de ambas as corporações que exercem funções operacionais. Diferentes variáveis se associam à vivência de risco nas duas corporações, destacando-se as condições de trabalho, em especial, o exercício de outras atividades no período legal de descanso (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2778).

Para Ferreira (2009), a polícia militar é a classe trabalhadora que está constantemente colocada em ambientes de conflitos e condições de pressão e forte estresse, uma vez que labutam a todo o momento com a violência e a criminalidade. Esses fatores refletem na saúde física e mental e na performance laboral desses sujeitos.

O artigo de Silva e Vieira (2008), buscou identificar como a Polícia Militar está estruturada e, principalmente a relação com a saúde mental do policial, partindo da premissa de que este se alicerça em dois pilares primordiais: a disciplina e a hierarquia. Estes autores fizeram uma contextualização dos intuitos dos serviços de segurança pública através do histórico da polícia estadual, sua divisão e aplicabilidade frente à violência cotidiana. Observou-se o processo de trabalho, pesquisa documental, entrevistas individuais e coletivas, tendo como instrumento o método qualitativo que revelou

[...] que o policial militar está no centro de uma conjugação de forças advindas da organização do trabalho, da precarização do trabalho e, por fim, da sociedade contemporânea. As formas como essas relações de forças se conjugam, contribuem para implicações danosas à saúde (mental) dos profissionais, cuja configuração favorece o aumento do sofrimento psíquico, podendo se desdobrar em alcoolismo, depressão e até em suicídio (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 161).

Essa pesquisa mostrou dados preocupantes, uma vez que foi constatado que de 2003 a 2005, 489 policiais militares se afastaram do trabalho por licenças médicas para tratamento de saúde, principalmente doenças psíquicas, psicoses, estresse e depressão. Dessa forma, “a atividade do policial sofre pressões decorrentes tanto da organização do trabalho quanto dos fenômenos sociais” (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 166).

O artigo de Oliveira e Santos (2010), “Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua”, teve como intuito fazer um reflexão e debate em relação ao que é percebido pelos policiais militares a respeito de sua própria saúde mental, alicerçado por um levantamento exploratório e descritivo a fim de demonstrar que o trabalho do policial militar é envolvido por circunstâncias que geram um grande estresse, quadros de desequilíbrio emocional, transtorno pós traumático o que leva em algumas vezes ao afastamento para cuidados de saúde. Geralmente, esse afastamento é considerado punição ou até mesmo como sinal de fraqueza.

Desta pesquisa participaram 24 policiais militares de dois Batalhões da Polícia Militar do Estado, que responderam um questionário com 30 questões, abordando assuntos relativos ao tema. Segundo estes autores,

Os resultados evidenciaram que os participantes (91,7%), sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; uma parte (41,7%) relatou já ter agido impulsivamente em alguma ocorrência; 88,3%, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente cansados

após o dia de trabalho; 62,5% afirmaram que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% nunca se sentiam realizados com a profissão (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 224).

A pesquisa de Castro e Merlo (2011) teve como finalidade investigar a saúde mental no trabalho, tendo como enfoque o reconhecimento do trabalhador da Guarda Municipal de Porto Alegre – GMPA, mais especificamente o Grupamento Especial Motorizado – GEM, na busca pela compreensão do sofrimento psíquico deste trabalhador, o reconhecimento dos serviços prestados seja por constatação ou gratidão. Neste estudo constatou-se que devido a sua carga de trabalho, perigos eminentes, é comum que os trabalhadores da segurança pública apresentem sintomas de estresse agudo, insônia, depressão e problemas psíquicos nem sempre comentados por receio de serem tachados como “loucos”.

O estudo de Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) trouxe uma reflexão sobre as condições de trabalho e a morbidade referida por Policiais Militares (PM) do Recife-PE, através de uma pesquisa epidemiológica de corte transversal, tendo 288 PMs do Comando de Policiamento da Capital, Recife-PE, que responderam a um questionário semiestruturado, sobre aspectos sociodemográficos, morbidades referidas, demandas e controle no trabalho (*Job Content Questionnaire*). O perfil sociodemográfico mostrou que

[...] a maioria dos PMs tinha 39 anos ou mais de idade, era cor parda ou negra (71,3%), era casada (77,3%), possuía dois ou mais filhos (63,7%), tinha cursado até o ensino médio (64,9%) e estava no nível econômico C1 e C2 (61,8%). A maior parte identificou seu trabalho como de baixo controle (56,4%), alta demanda física (53,9%) e baixo suporte social (59,8%). Sendo classificado para 27,8% como de alta exigência; para estes os riscos de sofrimento psíquico e de doenças são maiores, necessitando mudanças na organização do trabalho. O maior tempo de serviço (OR=2,99) e a ausência de folgas semanais (OR=0,47) revelaram-se condicionantes mais importantes da morbidade referida (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012, p. 989).

Foi constatado que é necessária uma maior atenção aos diagnósticos de saúde devido ao alto nível de estresse e sofrimento psíquico o que pode levar a altos índices de morbidade nos PMs, cujos diagnósticos médicos mais frequentemente foram a hipertensão arterial, a gastrite, as varizes e a depressão com associação ao trabalho.

Em se tratando da saúde psicossocial na segurança pública brasileira, Mendes (2013) traz em sua pesquisa que a luta entre o bem e o mal envolvendo o cumprimento de normas de conduta e a ambiguidade das relações entre as comunidades e os policiais militares. Ressalta que nesse conflito as defesas psicológicas destes indivíduos são aumentadas e sofrem abalos por diferentes fatores, dentre eles a rotina estressante à pressão pública, baixos e à falta de estruturação familiar devido à alta carga de trabalho e aos transtornos psicológicos gerados pela insatisfação profissional.

Dessa forma, “Indivíduos investidos em função tão árdua esperam que as academias de polícia militar se sensibilizem e olhem para seus homens-guerreiros como peças imprescindíveis ao complexo sistema de segurança nacional” (MENDES, 2013, p. 6).

O trabalho de Cândido (2013) teve como objetivo avaliar a saúde mental e se existe uma relação entre esta e a atividade de trabalho dos Policiais Militares que atuam na cidade de Palhoça, no Estado de Santa Catarina, partindo do conhecimento de que 35% das Licenças para Tratamento de Saúde são advindas de transtornos mentais, segundo a Junta Médica da Corporação da PMSC. Se esse adoecimento é provocado em relação aos sistemas de controle, a ordem e a rigidez características dessas organizações.

Também investigou se os fatores das doenças são de origem física, mental ou organização ou, ainda, a junção de todos esses aspectos. Para tanto, foram utilizados quatro questionários: um elaborado pela pesquisadora (sociodemográfico) e três estruturados: *Self Report Questionnaire 20* (SRQ 20) com a finalidade de verificar se existem distúrbios psiquiátricos nos PMs; *National Aeronautics and Space Administration/Task Load Index* (NASA/TLX), elaborado pela NASA, observando a carga de trabalho; e *General Health Questionnaire 12* (GHQ 12), que analisa os fatores incapacitantes ou de angústia, sendo entregues para autopreenchimento.

Segundo o SRQ 20, que 40,54% dos militares com suas respostas demonstraram passar por distúrbios psiquiátricos menores, enquanto 97,06% mostraram que passam por fenômenos incapacitantes ou angustiantes, de acordo com o GHQ 12 e 52,38% estão com sobrecarga de trabalho, conforme teste aplicado pelo NASA/TLX. Observando esses números, é possível compreender que à saúde mental dos policiais pesquisados é preocupante, tendo maior agravamento devido relações e pressões do trabalho. O entendimento é que as “[...] Instituições de Segurança precisam manter constante atenção e apoio psicológico a seus membros e, como consequência, qualidade de vida” (CÂNDIDO, 2013, p. 17).

Schlichting Junior (2013, p. 5) realizou um estudo sobre a atividade física, saúde e estresse de policiais militares, cujo intuito foi o de “[...] descrever e relacionar as características sociodemográficas, antropométricas e ocupacionais, as condições de saúde, o nível de atividade física, os sinais de estresse físico e psíquico e os indicadores de estresse ocupacional de policiais militares [...]”, a partir de uma amostragem de 1069 sujeitos, destes 583 policiais em curso de qualificação (PMEQ) e 486 policiais qualificados que atuam na atividade profissional, (PMQ), utilizando os seguintes instrumentos *Short Form Health Survey* (SF-36); Questionário Internacional sobre Atividades Físicas, versão longa (IPAQ); *Occupational Stress Indicators* (OSI); *Rotterdam Symptom Check List* (RCSL) adaptado, Risco Coronariano e uma planilha de dados sociodemográficos, ocupacionais e antropométricos.

Em se tratando das condições de saúde dos Policiais Militares, tema do trabalho de Schlichting Júnior (2013), teve como resultado que os PMEQ obtiveram resultados melhores quando comparados aos PMQ em diversas variáveis, uma vez que os profissionais que atuam na profissão na área administrativa tiveram melhores resultados quando comparados aos da área operacional, favorecendo a uma compreensão de que há diferenças significativas com as condições de saúde, sinais de estresse físico e psíquico e indicadores de estresse ocupacional, risco de desenvolver doenças coronarianas.

Segundo Paulino e Lourinho (2014), sua pesquisa sobre o adoecimento psicológico do Policial Militar do Ceará trouxe uma luz para o entendimento deste tema. De acordos com estes autores, a atuação do policial militar é um dos mais imprescindíveis instrumentos estatais para manter a lei e a ordem pública no que diz respeito a conservação e controle da ordem pública. Todavia, é um trabalho árduo, com fatores de riscos o que provoca uma série de patologias, dentre elas de natureza psicológica. Diante desse quadro, ter um entendimento de como esse profissional adoece e as medidas que são tomadas para melhorar suas condições de trabalho e promoção da saúde, é primordial para que não somente Ceará, mas todos os Estados tenham como meta atentar para o sério problema que se hoje, o adoecimento do policial militar devido a forma de como é organização seu trabalho, sobretudo em relação à saúde mental.

Nesse sentido, Paulino e Lourinho (2014, p. 60) consideram que “A morte é uma realidade constante na vida profissional desse sujeito, visto que o mesmo tem que aprender a lidar com a morte dos criminosos, das vítimas, dos companheiros de trabalho e também com a sua própria morte”.

Este estudo vem de encontro com o tratado na Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001 sobre a Política Nacional da Saúde Mental

Artigo 3º - É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, à qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Cardoso (2015) fez uma pesquisa a respeito sobre a “Qualidade de vida, condições de trabalho e estresse ocupacional de policiais civis e militares de operações especiais de Santa Catarina”, partindo da premissa que todo ambiente de trabalho e suas dinâmicas provocam estímulos positivos e negativos no trabalhador o que, por sua vez, causará ou não insatisfações, sofrimento e adoecimento físico e/ou mental. Seu estudo teve como intuito observar 84 policiais civis e militares de Santa Catarina, através de coleta de dados sociodemográficos, ocupacionais, atividade física, medidas antropométricas, estresse relacionado ao trabalho e qualidade de vida.

De acordo com os resultados obtidos, Cardoso (2015) verificou que mais de 50% dos policiais passam por momentos de estresse relacionado a baixo apoio social, a riscos inerentes a profissão, o que compromete sua qualidade de vida afetando, por conseguinte, sua saúde mental, características específicas em função da exposição à riscos em ambientes de conflitos resultantes da violência e criminalidade e que por sua vez exercem influência nas condições de saúde, tendo como dois pontos importantes que colaboram para esse adoecimento: a baixa remuneração e menos benefícios, e ambiente físico.

Estando com estes resultados em mãos, considerou de grande relevância de fazer um investimento do Estado no que condiz a melhoria dos pontos negativos e que adoecem estes trabalhadores. Vale ressaltar que, segundo este autor, é imprescindível ações que promovam

[...] programas de atividade física, acompanhamento de serviço, apoio psicossocial, valorização salarial, adequação da jornada de trabalho são alternativas para a criação de um panorama favorável em relação à qualidade de vida e condições de saúde do policial, o qual prestará à comunidade serviço de segurança pública mais eficiente e eficaz (CARDOSO, 2015, p. 15).

Leonardo Ferreira (2016) fez um estudo que buscava avaliar o impacto da organização do trabalho na subjetividade do policial militar do Distrito Federal, em relação a dinâmica de prazer e sofrimento, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 policiais e analisadas através do método proposto por Bardin (1977), a fim de compreender o motivo do adoecimento psicofisiológicos dos policiais, causando desconfortos, constrangimentos nestes.

Através dos pontos de vistas dos policiais foi possível observar que as atividades laborais do policial militar e as demandas de sua ocupação quando não cuidadas e acompanhadas de medidas preventivas provocam o adoecimento físico e/ou mental e desequilíbrio psíquico nesses servidores.

O trabalho de Ferreira e Dutra (2017) buscou avaliar os fatores psicossociais, auto percepção de saúde mental e a capacidade para o trabalho de policiais militares, devido “[...] ao crescente aumento da violência na sociedade atual associado a um ambiente altamente estressante, com exposição cotidiana a situações que acarretam riscos à saúde e à vida, pode gerar um aumento significativo de adoecimento em policiais militares” (FERREIRA; DUTRA, 2017, p. 133-134).

O estudo foi realizado com 98 policiais militares, através de questionário com informações sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida, *Job Content Questionnaire* (JCQ) e Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT). Os dados foram analisados de forma descritiva. Após análise verificou-se que as circunstâncias laborais dos policiais agregadas a

uma esfera muito estressante com experiências de riscos à saúde e à vida e aumento do nível de adoecimento e impactos negativos no exercício do trabalhos destes servidores. Fatores estes que influenciam de forma negativa a qualidade de vida dos policiais, provocando um rápido declínio na saúde e interferência nas relações pessoais, familiares, laborais e sociais. Como responsável por esse adoecimento está o fato de ter um trabalho com alta demanda, jornada de trabalho estressante e raríssimas folgas no decorrer da semana, devido ao reduzido números de policiais em serviço, tendo um alto índice de servidores com licença médica para tratamento de saúde devido ao trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das várias leituras, foi possível concluir que o trabalho de um policial não é fácil, são muitas as situações em que provocam adoecimento físico, mental e psíquico levando-o a licenças médicas ou mesmo à morte. Ao decidir por essa profissão o sujeito tem que ter em mente uma alta responsabilidade, renúncias e pouco reconhecimento, sendo este último fator de grande desânimo e gerador de doenças.

Foi observado que a jornada de trabalho é extensa, poucas horas de folga, baixos salários, desestrutura familiar também contribuem para que esse servidor perca sua saúde. Sem considerar o alto índice de violência que se enfrenta cotidianamente, o estresse de não saber se voltam para suas casas com os pés ou carregados, o fato de que mesmo estando de folga ainda é um agente de segurança, que ao dormir continua vindo em sua mente momentos passados no trabalho. Tudo isso se torna um fator de adoecimento o que pode levar a licença para tratamento ou para tentativa de autoextermínio.

Não é raro ter conhecimento de policiais que tiraram sua própria vida. Passam por grande sofrimento, mas consideram fraqueza comentar com suas famílias, com colegas ou mesmo com seus superiores, ou ainda, que é somente um momento de estresse por alguma situação vivenciada e que em breve passará.

No entanto, nem sempre isso acontece. O resultado é policial passando a tomar medicamentos para dormir, relaxar, para aliviar o estresse ou para depressão. Durante certo tempo esses remédios fazem efeitos, depois os sintomas voltam todos ou maior latência, a solução é buscar por remédios mais fortes ou mesmo o álcool para ajudar. É um círculo vicioso. Remédio para dormir, remédio para ficar acordado, bebida alcoólica, drogas mais pesadas e assim, quem antes trabalhava para manter a ordem e as regras de condutas passa a fazer parte do número de adoecidos psicológica e mentalmente, necessitando de cuidados intensivos para desintoxicar.

Quando se descobre a tempo, ainda pode ser ajudado, no entanto, outros quando apresentam que estão com problemas já estão no fundo do poço não conseguindo se levantar, gerando mais violência ou ainda sua morte e de outras pessoas.

Se faz necessário um programa para evitar o adoecimento do policial militar, como também se pensar em medidas para melhorar suas condições laborais, com mais efetivos a fim de diminuir as horas de trabalho e aumentar o tempo de folga, bem como, ter dentro das corporações profissionais que possam cuidar da saúde mental, psíquica destes servidores aliviando seus problemas.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, Francisco Milton. **Doença ocupacional e acidente de trabalho: análise multidisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Editora LTr, 2013.

BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de Abril de 2001. **Política Nacional da Saúde Mental**. Brasília: CNS, 2001.

CÂNDIDO, Paula Emanuela Fernandes. **Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça (SC)**. 144 fls. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

CARDOSO, Thiago Elpídio. **Qualidade de vida, condições de trabalho e estresse ocupacional de policiais civis e militares de operações especiais de Santa Catarina**. 2015. 8 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UESC, 2015.

CASTRO, Thiele da Costa Müller; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública. **Psico**. v. 42, n. 4, pp. 474-480, out./dez. 2011.

CAVEDON, Neusa Rolita. A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Revista O&S**. Salvador, v.21 - n.68, p. 875-892 - Janeiro/Março – 2014.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BOMFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde Soc**. São Paulo. v.21, n.4. p. 989-1000. 2012.

_____. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares:** estudo de caso na cidade do Recife-PE. 204f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife: Fiocruz, 2009.

FERREIRA, Mariane Oliveira; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**. Belo Horizonte, n.6. p. 133-151, jan./jun. 2017.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Engenharia de Produção**. Um Guia Prático de Conteúdo e Forma. São Paulo: Atlas, 2012.

JESUS, Fernando. **Psicologia aplicada à justiça**. 4 ed. Goiânia: Editora: AB, 2016.

MALHOTRA, Naresh et al. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MASCARENHAS, Regina Belém. **As condições e organização das atividades profissionais do policial militar de Goiás e as repercussões em sua saúde mental – 2005 A 2007**. 163f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Filosofia e Teologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: PUC/GO, 2009.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MENDES, Marcos Baptista. **Visões de um quadro complexo:** a violência policial no espelho das representações sociais. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de Concentração: Cultura e Representações. Natal, RN: UFRN, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de.; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, jan./mar. 2007.

OLIVEIRA, Katya Luciane de.; SANTOS, Luana Minharo dos Santos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lúcia Andrade. O adoecimento psicológico do Policial Militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p.58-77, Jul/Dez, 2014.

PEREIRA, Alexandre de Araújo. (Org.). **Saúde mental**. 2. ed. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 2013.

PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. **Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PEREIRA, Elio Gomes. A história da educação na Polícia Militar de Goiás sob óptica da fotografia. **Anais**. II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí – Realização Cursos de História, Letras, Direito e Psicologia. Set. 2011.

PROTÁSIO, Isabela Siqueira. Saúde mental do trabalhador policial militar da Radiopatrulha. **V Colóquio Internacional**, “Educação e Contemporaneidade”. Sergipe, 2011.

SCHLICHTING JUNIOR, Antônio Melo. **Atividade física, saúde e estresse de policiais militares**. 90fls. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Florianópolis: UESC, 2013.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, out./dez. 2005.